

Handwritten signature



Marina da Vila - Indústria de Marinas e Recreio, EM

RELATÓRIO DE GESTÃO

e

CONTAS

Ano de 2022

Vila Franca do Campo, 9 de Março de 2023

Índice

1. Introdução	2
2. Afirmção da Marina da Vila E.M.	3
3. Caracterização Jurídica	4
4. Atividade da Empresa	5
5. Análise Económica e Financeira	6
6. Acontecimentos após a data de balanço	9
7. Referências Finais	10
8. Proposta de Aplicação de Resultados	10
9. Outras Informações	10
10. Demonstrações Financeiras	12
11. Certificação Legal de Contas	13

1. Introdução

O Conselho de Administração da “Marina da Vila – Indústria de Marinas e Recreio, E.M.” vem, nos termos da legislação em vigor e dos seus estatutos, submeter à aprovação da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo o Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 2022.

Deste modo, o Conselho de Administração apresenta os documentos de prestação de contas, com referência a 31 de Dezembro de 2022, composto pelo seguinte: Balanço, Demonstração dos Resultados, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Anexo, Demonstração de Alterações do Capital Próprio, Relatório do Conselho de Administração com Proposta de Aplicação de Resultados, Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único.

2. Afirmação da Marina da Vila, E.M.

O momento atual, moldado por uma pandemia, guerras e uma crise financeira de dimensão mundial, desafia a nossa resiliência e impele-nos a fazer diferente, conscientes das dificuldades que poderemos deparar-nos.

O Futuro apresenta-se exigente. Com a perseverança, ambição e empenho de sempre, continuaremos a disponibilizar aos nossos utentes um serviço de qualidade, apostando na manutenção e melhoria das nossas instalações.

O ano de 2022, ficou marcado por uma retoma em diversos em alguns setores da economia mundial e regional, com destaque para o setor do Turismo, o qual superou os resultados/valores pré-pandémicos.

Considerando que a generalidade das empresas sediadas na infraestrutura exercem atividades nas áreas marítimo-turísticas e restaurante-bar, assistiu-se ao aumento do fluxo de clientes no ano 2022, com uma nova animação de toda esta zona, com diversos propósitos, sejam em acederem à oferta disponibilizada pelas empresas de "whale and dolphin watching" e de mergulho, ou para embarcarem no barco para o ilhéu de Vila Franca do Campo, ou ainda a frequência ao restaurante-bar desta Marina, ou até mesmo num simples passeio de lazer.

Perante um cenário já sem restrições, em 2022 foi possível a realização de vários eventos promovidos tanto pela Marina, Município de Vila Franca, assim como pelo Clube Naval.

Ao contrário do que esperávamos, ainda não foi possível a conclusão das novas galerias comerciais. Com a conclusão da desta obra, toda a zona poente desta Marina ficará requalificada e permitirá um incremento da capacidade de oferta da empresa.

Este projeto permitirá não só concluir o realojamento das empresas que usufruem dos armazéns atuais, assim como dará lugar à criação novos espaços comerciais/armazéns para aluguer.

De referir que por necessidade de manutenção dos pilares de fixação dos pontões, e como forma de estancar a sua evidente erosão, procedeu-se ao enchimento dos mesmos com betão hidrófugo.

De salientar que foi assinado um protocolo com a SIBS, para a instalação de uma ATM Express, ficando esta entidade obrigada a pagar uma renda mensal de 150 euros mais IVA. A máquina está em funcionamento desde 29 de setembro de 2022.



Apesar de um cenário ensombrado pela guerra na Ucrânia, por um aumento inusitado da inflação que levou a um processo de aumento das taxas de juros diretores nos E.U.A. e na E.U., com o objetivo de a controlar, esta Administração pretende continuar a exercer a sua atividade com independência financeira, sem necessitar de transferências por parte da Câmara Municipal. Bastando para isso que todas as suas infraestruturas possam continuar a ser adequadamente rentabilizadas de forma a continuar a cumprir com todas as nossas obrigações salariais, fiscais e sociais.

3. Caracterização Jurídica

A Marina da Vila – Indústria de Marinas e Recreio, E.M., é uma empresa municipal detida na sua totalidade pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

A exploração, reparação, renovação e manutenção da Marina de Vila Franca do Campo foi atribuída à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo pela Resolução do Governo Regional dos Açores n.º 177/2002, de 31 Outubro, a qual concessionou a exploração à Marina da Vila, E.M.

Os Estatutos da sociedade denominada “Marina da Vila- Indústria de Marinas e Recreio, E.M.” foram publicados no Diário da República III Série, em 25 de Março de 2004. A sociedade rege-se pelos estatutos mencionados anteriormente e, subsidiariamente pelo disposto na Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (revogada pela Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro). A sociedade goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

São Órgãos Sociais da Marina da Vila, E.M. o conselho de administração, o fiscal único e o conselho geral (art.º 8.º dos Estatutos);

Face à lei 50/2012 de 31 de Agosto, a Marina da Vila reuniu os requisitos necessários à manutenção da sua plena atividade em 2022, destacando-se a importância dos resultados positivos obtidos no exercício de 2022. Tal desempenho decorreu da recuperação económica e dos fluxos turísticos, que afectaram os anos anteriores de pandemia Covid-19, com risco de incobrabilidade de créditos a receber de clientes empresariais muito relacionados com as actividades marítimo turísticas, restauração, animação e turismo em geral.

4. Atividade da Empresa

O ano de 2022 foi um ano de recuperação económica face ao ano anterior, com registo de aumento do volume de negócios da Marina da Vila E.M. A Câmara Municipal manteve a indisponibilidade de protocolar apoios à actividade ou investimento para o ano de 2022, tendo contudo cumprido a cobertura de prejuízo verificado no ano de 2021 no valor de 56.061,75 euros. Sem essa operação, e considerando as contingências registadas nos anos da pandemia Covid-19, a administração teriam dificuldades acrescidas face aos compromissos financeiros da Marina da Vila, EM. Contudo, no ano de 2022 foram alcançados os objetivos financeiros sobretudo ao nível dos resultados operacionais, com destaque para o desempenho positivo das receitas e das disponibilidades da Marina da Vila, E.M.

A Marina da Vila possui actualmente 140 lugares para estacionamento permanente e 4 lugares cedidos ao Clube Naval de Vila Franca do Campo, e registou uma taxa de ocupação de cerca de 95% no ano de 2022.

Paralelamente, constituem receitas operacionais o aluguer de lojas, de armazéns e do bar, bem como o estacionamento temporário em mar ou em terra, e serviços conexos prestados.

O volume de negócios da empresa registou um aumento de 16% (mais 25 mil euros) face ao ano transato.

Com um quadro de pessoal de 6 funcionários em 2022, regista-se o mesmo número de funcionários, face a dezembro de 2021. Os Gastos com Pessoal, são a principal rúbrica de gastos, seguindo-se as imparidades de dívidas a receber de clientes, os Fornecimentos e Serviços Externos e as Depreciações. O aumento do salário mínimo tem provocado o crescimento da massa salarial anual da empresa, a qual se traduz na maior componente dos gastos operacionais.

5. Análise Económica e Financeira

Rendimentos

A Marina da Vila, EM gerou no ano de 2022 um total de rendimentos superior a 187 mil euros. Comparativamente com o ano anterior, com um total de proveitos de cerca de 139 mil euros, registou-se um aumento de 34%.

Quanto às rúbricas de rendimentos e ganhos, resumem-se essencialmente aos Serviços Prestados, e ainda a subsídio à exploração relacionado com programa de apoio ao emprego. Contudo no exercício de 2022, assistiu-se ao rendimento extraordinário de 27,9 mil euros, decorrente da reversão de imparidades a receber de clientes, considerando o pagamento de dividas de anos anteriores, entretanto recebidas pela marina em 2022, e para os quais existiam imparidades constituídas.

A Marina da Vila, EM, garante as suas receitas por rendimentos de atividades do seu objeto de exploração.

Gastos

Relativamente à estrutura de gastos do exercício de 2022, registou-se o total de 157 mil euros, o que representa uma redução de 19% face ao ano anterior, com cerca de 195 mil euros em 2021.

Os gastos operacionais constituídos pelos Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com Pessoal, Outros Custos Operacionais, Imparidades de Dividas a Receber e Depreciações representam as principais rúbricas de gastos da Marina da Vila, EM.

Destacam-se os Gastos com Pessoal, rúbrica mais representativa com aproximadamente 80% dos gastos, totalizando 126 mil euros em 2022, o que comparativamente com o ano anterior representa uma variação significativa. O aumento de gastos associado às atualizações salariais e respetivos encargos, com destaque para a atualização do salário mínimo

regional, entre outros, provocaram um aumento homólogo desta rubrica em 11%. O Conselho de Administração apenas é remunerado por senhas de presença.

Os Fornecimentos e Serviços Externos ultrapassaram os 26 mil euros, o que face aos 18 mil euros em 2021, representam um acréscimo de 45% e representam 17% da estrutura total de gastos.

Esta conta de gastos regista os valores referentes a serviços externos, como conservação e manutenção, consumíveis, comunicações, honorários, seguros entre outros, traduzindo os gastos realizados na manutenção e melhoria de funcionamento da Marina, edifícios e espaços exteriores circundantes.

A rubrica de Imparidades de Dívidas a Receber, registou um resultado positivo, face ao ano homólogo, com recuperação de sensivelmente 50% das imparidades registadas no ano anterior, associadas ao risco de incobabilidade de clientes empresariais do sector turístico muito afetados pela pandemia Covid-19. A rubrica de Depreciações e Amortizações do Exercício assume cerca de 3% do total dos gastos do exercício de 2022.

Os Juros e gastos similares suportados assumem menos de 1% na estrutura de gastos, reflectindo o custo com o financiamento bancário pontual e para apoio à tesouraria da Marina da Vila. Destaque para a inexistência de crédito bancário em 31 de dezembro de 2022. No ano de 2022 registou-se uma diminuição dos gastos com financiamentos decorrentes da reduzida utilização de crédito bancário de curto prazo, para apoio à tesouraria e pagamentos das despesas correntes, quando comparado com os anos anteriores.

Em suma, de salientar que no exercício de 2022 foi possível alcançar resultados positivos face ao prejuízo de 56.061,75 euros em 2021, bem como prejuízo de 18.656,87 euros em 2020.

Destaque ainda para o EBITDA e cash flow gerado no exercício de 2022 serem positivos em, respectivamente, mais de 34 mil euros e de 4 mil euros

Investimentos

No ano de 2022, a Marina da Vila, EM procedeu a um aumento considerável do investimento destinado à atividade da empresa no valor de 22,8 mil euros, referente a equipamento básico, equipamento administrativo, mas sobretudo em obra de substituição da rede elétrica e outras infraestruturas dos pontões de amarração das embarcações, que se estima

estarem concluídas no primeiro trimestre de 2023. Este investimento, deveras necessário, inverteu a tendência dos anos anteriores, onde os investimentos têm registado valores de reduzida dimensão.

A administração reconhece a necessidade de manter uma política de investimentos, quer de adaptação das infraestruturas e de substituição de equipamentos, considerando a idade e utilização intensiva de alguns equipamentos, quer de alargamento da oferta da Marina da Vila, os quais se encontram dependentes sobretudo da disponibilidade de financiamento.

Situação Patrimonial

O ano de 2022 representou para a Marina da Vila E.M. um enorme desafio para a manutenção de equilíbrio operacional e recuperação de indicadores operacionais e financeiros positivos. Apesar da gestão contida da despesa face às receitas próprias da empresa, aio esforço da administração na cobrança de dívidas de clientes permitiu alcançar resultados de exploração positivos. O objectivo prioritário da administração passa pelo equilíbrio dos resultados operacionais de modo à obtenção de resultados líquidos positivos no ano de 2023, embora a situação internacional possa traduzir algumas contingências e incerteza alheios às decisões da Marina da Vila.

O resultado operacional foi positivo em cerca de 30 mil euros, com impacto na melhoria das disponibilidades de tesouraria no exercício. Ao nível do passivo total no exercício, registou um ligeiro aumento tendo a rúbrica outras dívidas a pagar registado um aumento total aproximadamente de 3 mil euros, resultante da actualização da estimativa dos encargos com férias do pessoal. O esforço da Administração no sentido da consolidação financeira, rentabilização dos activos e redução dos passivos, com particular destaque para o financiamento bancário de curto prazo e para as dívidas a fornecedores, mantêm-se apesar das melhorias registadas, sendo prioridade a recuperação de saldos vencidos de clientes em dívida.

Quanto ao Passivo, com um total de 45 mil euros, registou um ligeiro aumento face aos 42 mil euros registados em 31 de dezembro de 2021. Destaca-se o redução integral da rúbrica de financiamentos bancários, em cerca de 1,8 mil euros, quando comparado com o ano anterior.

As rubricas de Acréscimos e Diferimentos estão de acordo com os princípios contabilísticos da especialização dos gastos e dos rendimentos, e referem-se essencialmente à contabilização dos gastos com férias do pessoal e a acréscimos de rendimentos operacionais.

Com um Activo líquido total superior a 157 mil euros, destaca-se desde logo o valor da rubrica de dívidas de terceiros de curto prazo, referente a dívidas de clientes.

O activo líquido registou um aumento expressivo de sensivelmente 87 mil euros, decorrendo sobretudo do aumento das rubricas de dívidas a receber de clientes, ativos fixos tangíveis e depósitos bancários.

O saldo de clientes em dívida em 31 de dezembro de 2022 ultrapassava os 82 mil euros, líquido de imparidades de dívidas a receber, face à redução da mora dos saldos em dívida e do aumento do volume de negócios. Quando comparado com o ano anterior, o valor era de 21,8 mil euros registados em 31 de dezembro de 2021, o aumento é superior a 60 mil euros.

Ao nível dos Ativos fixos tangíveis o aumento registado deriva do incremento do volume de investimentos realizado no exercício e em curso.

As rubricas de Outras contas a receber e depósitos bancários e caixa registaram um saldo superior face ao ano anterior.

Com o resultado positivo no exercício de 2022, destaca-se a recuperação do rácio de autonomia financeira para cerca de 71% (40% em 2021). O rácio de endividamento registou-se nos 29% no ano de 2022 (60% em 2021).

A Administração tem assim como prioridade a consolidação do resultado positivo alcançado, a redução do passivo e a consolidação dos capitais próprios da Marina da Vila, assegurando a liquidez e solvabilidade da mesma.

Apesar das dificuldades pontuais de tesouraria, foi possível cumprir as obrigações fiscais e parafiscais, bem como aumentar os saldos médios de tesouraria disponíveis.

No ano de 2022, a Marina da Vila obteve apoio financeiro da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, ao abrigo da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, com a integral cobertura do prejuízo registado em 2021.

6. Acontecimentos após a data de balanço

À data da emissão das demonstrações não há nada que saiba neste momento que influenciam os valores da contabilidade.

Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.

Em fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, iniciou-se um conflito militar que terá inevitavelmente fortes consequências para todo o mundo, em especial, para a Europa. Para além das consequências humanitárias, a inflação elevada, em especial o aumento considerável do custo com energia e as matérias-primas, continuam a ser uma realidade que impactará negativamente na atividade económica global.

Para o ano de 2023, o aumento das taxas de juro e das tarifas de energia eléctrica nos Açores, estima-se que poderão ter um efeito negativo ao nível dos resultados da marina da Vila.

Não obstante, dadas as características do negócio, a Administração considera que o impacto na atividade será bastante residual, não estando em causa a continuidade das operações da Entidade.

7. Referências Finais

O Conselho de Administração agradece a todos os que colaboraram com a Marina da Vila, EM, destacando as instituições financeiras e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo pelo apoio incondicional que prestaram em mais um ano de actividade.

O Conselho de Administração agradece em particular ao Revisor Oficial de Contas Dr. Martins da Cunha e à empresa Branco & Carreiro Lda. na pessoa do Dr. André Carreiro por todo o apoio prestado na área contabilística e fiscal.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2022 a Marina da Vila, E.M. obteve um resultado líquido positivo de € 28.207,62 (vinte e oito mil, duzentos e sete euros e sessenta e dois cêntimos).

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de € 28.207,62 (vinte e oito mil, duzentos e sete euros e sessenta e dois cêntimos) seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

9. Outras Informações

Em complemento às informações do presente relatório de gestão, a Administração da sociedade refere que:

- b) Não ocorreram aquisições ou alienações durante o período de ações nem existem ações próprias detidas pela sociedade;
- c) Não foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º;
- d) Não existem sucursais da sociedade;
- e) À data deste relatório, não existiam dívidas nem à segurança social nem às finanças.

Vila Franca do Campo, 9 de Março de 2023.

O Conselho de Administração,

Carlos Fernando Simas Fontes
Bente Aguiar

Demonstrações Financeiras

□ A
B

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

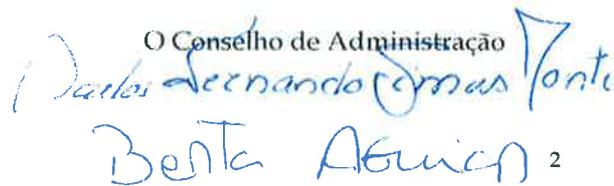
Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2022	31 Dez 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	34,326.29	15,886.61
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros	6	197.34	104.10
Activos por impostos diferidos			
		34,523.63	15,990.71
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	7	82,671.80	21,814.84
Estado e outros entes públicos	8		1,976.32
Outros créditos a receber	9	9,695.23	11,054.68
Diferimentos	10	188.22	188.74
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11	30,898.10	19,988.83
		123,453.35	55,023.41
Total do activo		157,976.98	71,014.12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	25,000.00	25,000.00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	13	20,000.00	20,000.00
Outras reservas	13	34,524.03	34,524.03
Resultados transitados	14	4,962.45	4,962.45
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações no capital próprio			
		84,486.48	84,486.48
Resultado líquido do período		28,207.62	-56,061.75
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		112,694.10	28,424.73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	9,542.72	8,522.22
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	8	6,400.39	5,315.38
Financiamentos obtidos	16		1,837.63
Outras dívidas a pagar	17	29,339.77	26,914.16
Diferimentos	10		
		45,282.88	42,589.39
Total do passivo		45,282.88	42,589.39
Total do capital próprio e do passivo		157,976.98	71,014.12

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Berta Aguiar 2

Demonstração dos Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2022	31 Dez 2021
Vendas e serviços prestados	18	157,931.28	132,212.43	
Subsídios à exploração		93.07	7,128.00	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	19	-26,652.86	-18,426.35	
Gastos com o pessoal	20	-126,311.47	-113,806.62	
Imparidade de inventários (perdas / reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	21	27,905.72	-57,659.42	
Provisões (aumentos / reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos	22	1,912.94	1.99	
Outros gastos	23	-392.45	-770.72	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34,486.23	-51,320.69	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	-4,409.69	-4,468.66	
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30,076.54	-55,789.35	
Juros e rendimentos similares obtidos	25			
Juros e gastos similares suportados	25	-16.03	-272.40	
Resultado antes de impostos		30,060.51	-56,061.75	
Imposto sobre o rendimento do período	8	-1,852.89		
Resultado líquido do período		28,207.62	-56,061.75	

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Carlos Fernando Simões Fontes
Berta Azevedo

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

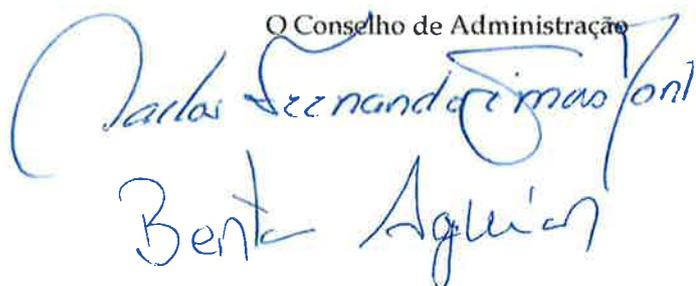
Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado Líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio		
Posição no início de 2021	1	25.000,00	20.000,00	34.524,03	4.962,45			-18.656,87	65.829,61
Saldo Inicial reexpresso		25.000,00	20.000,00	34.524,03	4.962,45			-18.656,87	65.829,61
Alterações no Período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Aplicação dos resultados de 2020	13				-18.656,87			18.656,87	
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2				-18.656,87			18.656,87	
Resultado Líquido do Período	3							-56.061,75	-56.061,75
Resultado Integral	4 = 2+3							-37.404,88	-56.061,75
Operações com Detentores de Capital no Período									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas					18.656,87				18.656,87
Outras operações									
	5				18.656,87				18.656,87
Posição no fim de 2021	= 1+2+3+5	25.000,00	20.000,00	34.524,03	4.962,45			-56.061,75	28.424,73
Posição no início de 2022	6	25.000,00	20.000,00	34.524,03	4.962,45			-56.061,75	28.424,73
Alterações no Período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Aplicação dos resultados de 2021	13				-56.061,75			56.061,75	
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7				-56.061,75			56.061,75	
Resultado Líquido do Período	8							28.207,62	28.207,62
Resultado Integral	9 = 7+8							84.269,37	28.207,62
Operações com Detentores de Capital no Período									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas					56.061,75				56.061,75
Outras operações									
	10				56.061,75				56.061,75
Posição no fim de 2022	6+7+8+10	25.000,00	20.000,00	34.524,03	4.962,45			28.207,62	112.894,10

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



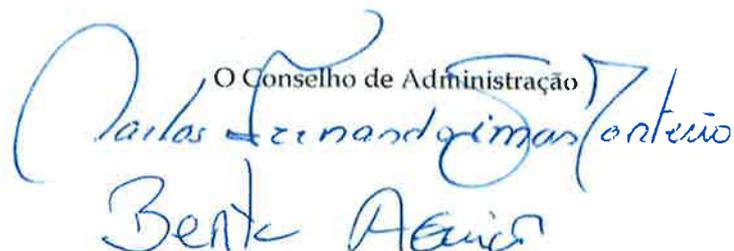
Demonstração dos Fluxos de Caixa

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2022	31 Dez 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes		124,980.04	134,261.00
Pagamentos a fornecedores		-25,632.36	-17,390.16
Pagamentos ao pessoal		-126,311.47	-113,808.62
Caixa gerada pelas operações		-26,963.79	3,064.22
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		556.64	
Outros recebimentos / pagamentos		8,358.73	-1,551.74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-18,048.42	1,512.48
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-25,157.16	-3,294.40
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-93.24	-83.28
Outros activos			
		-25,250.40	-3,377.68
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		0.00	0.00
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-25,250.40	-3,377.68
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações		56,061.75	18,656.87
Outras operações de financiamento			
		56,061.75	18,656.87
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1,837.63	
Juros e gastos similares		-16.03	-272.40
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		-1,853.66	-272.40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		54,208.09	18,384.47
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		10,909.27	16,519.27
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		19,988.83	3,469.56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	30,898.10	19,988.83

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ANEXO

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos nas NCRF.

1. Identificação da Entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

“Marina da Vila – Indústria de Marinas e Recreio, E.M”, adiante designada por “Marina da Vila, EM”.

1.2 Sede

Rua Engenheiro Manuel Martins da Mota, s/n, do Concelho de Vila Franca do Campo.

1.3 Natureza da atividade

A “Marina da Vila, EM”, é uma empresa municipal constituída em 11 de Dezembro de 2003 e tem como objeto social a gestão, exploração e comercialização de marinas, portos de recreio, portos e embarcadouros, atividades náuticas, passeios e eventos marítimos, recolha e comercialização de embarcações e barcos de recreio, transporte marítimo de passageiros e carga..

1.4 Designação da Entidade – Mãe:

“Câmara Municipal de Vila Franca do Campo”

1.5 Sede da Entidade – Mãe:

“Câmara Municipal de Vila Franca do Campo” – sede no Largo do Município, 9680, Vila Franca do Campo

1.6 Período de relato:

O período de relato é de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2022.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não aplicável ao período de relato.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

4.1 Moeda funcional e de apresentação

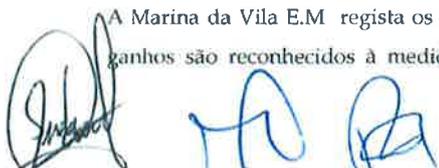
As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

4.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.3 Pressupostos da especialização do Exercício

A Marina da Vila E.M regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As



diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 9 e 17).

4.4 Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento administrativo	3- 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

4.5 Activos intangíveis

Todos os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada de 3 anos.

Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o activo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

4.6 Imparidade de activos

A Marina da Vila E.M. avalia, à data de balanço, a existência de algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do activo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado não possa ser recuperado, é efectuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos activos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização

4.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

4.8 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da empresa. A Marina da Vila E.M. reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efectiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

5. Activos Fixos Tangíveis

A rubrica “Activos Fixos Tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2022 e de 2021:

31 de Dezembro de 2021

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico	72,595.06	2,840.00				75,435.06	15,759.45
Equipamento administrativo	10,875.60					10,875.60	127.16
Outros activos fixos tangíveis	16,105.29					16,105.29	
Investimentos em curso							
	99,575.95	2,840.00				102,415.95	15,886.61
Depreciações acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico	55,376.42	4,299.19				59,675.61	
Equipamento administrativo	10,578.97	169.47				10,748.44	
Outros activos fixos tangíveis	16,105.29					16,105.29	
	82,060.68	4,468.66				86,529.34	

31 de Dezembro de 2022

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Doações	Alienações	Transferências / Abaies	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico	75,435.06	623.95				76,059.01	12,411.90
Equipamento administrativo	10,875.60	1,119.83				11,995.43	808.80
Outros activos fixos tangíveis	16,105.29					16,105.29	
Investimentos em curso		21,105.59				21,105.59	21,105.59
	102,415.95	22,849.37				125,265.32	34,326.29
Depreciações acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico	59,675.61	3,971.50				63,647.11	
Equipamento administrativo	10,748.44	438.19				11,186.63	
Outros activos fixos tangíveis	16,105.29					16,105.29	
	86,529.34	4,409.69				90,939.03	

6. Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica de Outros investimentos financeiros apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de Compensação do Trabalho	197.34		104.10	
Outros				
	197.34		104.10	
Perdas por imparidade acumuladas				
	197.34		104.10	

7. Clientes

A rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2022 e de 2021:

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21		
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	
Clientes					
Clientes conta corrente		82,335.28		13,440.00	
Clientes conta títulos a receber					
Clientes factoring		75,733.80		111,677.84	
Clientes de cobrança duvidosa		158,069.08		125,117.84	
Perdas por imparidade acumuladas		-75,397.28		-103,303.00	
		82,671.80		21,814.84	
Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21		
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados	
Clientes					
Clientes conta corrente	82,335.28		13,440.00		
Clientes conta títulos a receber					
Clientes factoring	75,733.80		111,677.84		
Clientes de cobrança duvidosa	158,069.08		125,117.84		
Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	4,542.05	22,966.46	1,686.69	53,140.08	82,335.28
Clientes outros				75,733.80	75,733.80
	4,542.05	22,966.46	1,686.69	128,873.88	158,069.08

Os valores acima apresentados em clientes conta corrente, com saldos em dívida superiores a 90 dias, referem-se à concessão do

Bar.

Perdas por imparidades	31-Dez-22	31-dez-21
Saldo a 1 de Janeiro	103,303.00	45,643.58
Aumento		58,561.00
Reversão	27,905.72	901.58
Regularizações		
	75,397.28	103,303.00

8. Estado e Outros Entes Públicos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 14.70% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 Dezembro de 2022.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

A Marina da Vila, EM procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. No entanto, não se efectuaram impostos diferidos activos ou passivos por não se verificarem no exercício operações subjacentes para tal.

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)		1,976.32
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outros impostos e taxas		
		1,976.32
Passivo		
Imposto s/ rend. das pess. colectivas (IRC)	440.16	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2,376.50	2,706.06
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	1,004.97	144.35
Segurança Social	2,578.76	2,464.97
Outros impostos e taxas		
	6,400.39	5,315.38

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Imposto sobre o Rendimento		
Imposto Corrente	1,852.89	
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		
	1,852.89	

Nos exercícios de 2022 e 2021 apurou-se imposto a pagar de IRC no valor de 440,16 € e 6,95 € respetivamente.

À data deste relatório não existiam valores em dívida nem às Finanças nem à Segurança Social.

9. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Prestadores de Serviços		3,098.56		1,818.85
Outros Acréscimos de Proveitos		1,398.86		
C.M.V.F.C - Contrato Programa				
Outros Devedores		5,197.81		9,235.83
		9,695.23		11,054.68
Perdas por imparidade acumuladas				
		9,695.23		11,054.68

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, o saldo das rubricas “Diferimentos” apresentavam os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	188.22	188.74
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
	188.22	188.74
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Caixa	1,585.58	389.47
Depósitos à ordem	29,312.52	19,599.36
Depósitos à prazo		
Outras		
	30,898.10	19,988.83

12. Capital social/estatutário realizado

Em 31 de Dezembro de 2022 o capital social ou estatutário encontrava-se integralmente subscrito e realizado

Os detentores do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2022, eram os seguintes:

Accionistas	% Cap. Subsc.	Valor Capital
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	100.00%	25,000

13. Reservas

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. O artigo 21º dos estatutos da Marina da Vila, EM, refere que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Paralelamente, o referido artigo 21º dos estatutos da Marina da Vila, EM, obriga à constituição de uma reserva para investimentos no valor de 5% do resultado líquido do exercício.

A rubrica “Reservas” apresentava a seguinte composição e evolução nos exercícios de 2022 e de 2021:

31 de Dezembro de 2021

Rúbricas	Saldo em 01-01-2020	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2020
Reservas					
Reservas Legais	20,000.00				20,000.00
Reservas Livres	34,524.03				34,524.03
Outras Reservas	54,524.03				54,524.03

31 de Dezembro de 2022

Rúbricas	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2021
Reservas					
Reservas Legais	20,000.00				20,000.00
Reservas Livres	34,524.03				34,524.03
Outras Reservas	54,524.03				54,524.03

14. Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Resultados Transitados” registava a seguinte composição:

Rúbricas	Saldo
Saldo em 01-Jan-21	4,962.45
Alterações no período (2021)	-18,656.87
Cobertura de Prejuízos	18,656.87
Saldo em 31-Dez-21	4,962.45
Alterações no período (2022)	-56,061.75
Cobertura de Prejuízos	56,061.75
Saldo em 31-Dez-22	4,962.45

No ano de 2022, o accionista Câmara Municipal de Vila Franca do Campo procedeu à cobertura do prejuízo do ano de 2021.

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Fornecedores” registava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Fornecedores conta corrente	9,542.72	8,522.22
Fornecedores outros	9,542.72	8,522.22

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	9,542.72		8,522.22	
Fornecedores outros				
	9,542.72		8,522.22	

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	906.44	1,815.98	910.60	5,909.70	9,542.72
Fornecedores outros					
	906.44	1,815.98	910.60	5,909.70	9,542.72

16. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Financiamentos” registava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo				
Contas caucionadas				
Descobertos bancários contratados				
Cartão Crédito Caixa Works				1,837.63
				1,837.63

O cartão de crédito Caixa Works tem uma natureza semelhante a uma conta corrente caucionada de apoio à tesouraria da empresa, e o saldo em dívida justifica-se pela sua utilização em períodos de maior dificuldade financeira. Existe uma garantia bancária para este cartão de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos até ao valor de 45,000.00 €.

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar				
Férias e Subs. Férias		13,217.70		14,556.54
Juros a Liquidar		1,000.00		1,000.00
Outros gastos		15,122.07		11,357.62
Outros devedores e credores				
		29,339.77		26,914.16

O valor em “Outros gastos” refere-se aos acréscimos realizados no ano de 2022 dos honorários do ROC, no valor de 1,000.00 €.

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-22		31-dez-21		Total
	Mercado Interno	Mercado Externo	Mercado Interno	Mercado Externo	
Vendas de mercadorias					
Prestação de serviços					
Parque Rotativo					
Atrilado Dia					
Estacionamento Permanente	92,558.12		77,485.18		77,485.18
Comissões BAR					
Comissão posto abastecimento combustivel	3,016.80		2,525.52		2,525.52
Cartão Pré-pago (mês) e cartão magnético	164.75		137.92		137.92
Utilização de Rampa e Duche	14.84		12.42		12.42
Renda Armazém	11,866.16		9,933.77		9,933.77
Renda Loja mês	50,310.61		42,117.62		42,117.62
Contrato utilização bar e outros serviços					
	157,931.28		132,212.43		132,212.43

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Fundo Regional do Emprego	93.07	7,128.00
Outros subsídios		
	93.07	7,128.00

20. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Subcontratos		
Serviços especializados	20,842.03	15,438.17
Materiais	1,069.21	877.67
Energia e fluídos	102.31	
Deslocações, estadas e transportes	17.50	
Serviços diversos	4,621.81	2,110.51
Seguros	218.08	483.85
Contencioso e notariado	105.00	80.00
Comunicação	925.65	832.61
	26,652.86	18,426.35

21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Remunerações dos órgãos sociais	6,000.00	5,473.33
Remunerações do pessoal	93,803.60	84,534.82
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	23,062.91	20,330.80
Seguros	1,511.18	1,387.02
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	1,933.78	2,080.65
	126,311.47	113,806.62

Em 31 de Dezembro de 2022 a empresa contava com 5 trabalhadores, aos quais acrescia 1 trabalhador ao abrigo do programa PIIE.

Dos trabalhadores s uma desempenha as funções de administrativa e vogal do conselho de administração, e os outros quatro eram vigilantes. O número médio de empregados no exercício de 2022 foi de 5 trabalhadores, o mesmo do ano de 2021. Nas remunerações acima indicadas para os órgãos sociais, referem-se aos membros do Conselho de Administração, no qual o Presidente Carlos Fernando Simas Monteiro, auferiu uma remuneração correspondente a uma senha de presença mensal no valor de 300 euros. Os Vogais Berta de Lurdes da Ponte Aguiar e Henrique Humberto Ferreira Resendes auferiram cada um, uma remuneração correspondente a uma senha de presença mensal no valor de 200 euros. O valor registado em “Outros gastos com pessoal” refere-se aos descontos para o Serviço Regional de Saúde.

22. Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber registadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-22	31-dez-21
Saldo a 1 de Janeiro	103,303.00	45,643.58
Aumento		58,561.00
Reversão	27,905.72	901.58
Regularizações		
	75,397.28	103,303.00

O valor registado na demonstração de resultados dos anos de 2022 e de 2021, resulta do valor líquido entre os aumentos e as reversões de cada uma dos exercícios.

23. Outros rendimentos

A rubrica de “outros rendimentos e ganhos” registava nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Rendimentos suplementares		
Sinistros		
Correcções relativas a períodos anteriores	1,910.61	
Excesso estimativa para impostos		
Outros rendimentos e ganhos	2.33	1.99
	1,912.94	1.99

24. Outros gastos

Os “Outros gastos e perdas”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Impostos	384.48	51.09
Donativos		150.00
Insuficiência estimativa para impostos	6.95	
Multas, coimas e outras penalidades		500.11
Correcções relativas a períodos anteriores	1.02	
Outros gastos e perdas		69.52
	392.45	770.72

25. Gastos de depreciação

Os gastos com depreciação registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-22			31-dez-21		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Activos fixos tangíveis	4,409.69		4,409.69	4,468.66		4,468.66
Activos intangíveis						
	4,409.69		4,409.69	4,468.66		4,468.66

A Empresa utiliza o método das quotas constantes conforme indicado na nota 3.4.

26. Juros e gastos similares obtidos e suportados

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o valor desta rubrica apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-22	31-dez-21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	16.03	272.40
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	16.03	272.40
Resultados de Financiamentos	-16.03	-272.40

27. Acontecimentos após a data de balanço

À data da emissão das demonstrações não há nada que saibam neste momento que influenciam os valores da contabilidade.

Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.

Em fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, iniciou-se um conflito militar que teve fortes consequência para todo o mundo, em especial, para a Europa. Para além das consequências humanitárias, é já possível verificar-se um aumento considerável do custo com energia e com as matérias-primas, o que impactará negativamente a atividade económica global.

Para o ano de 2023 o aumento dos juros e das tarifas de eletricidade estima-se efeitos negativos ao nível dos resultados.

Não obstante, dadas as características do negócio, a Administração considera que o impacto na atividade será residual, não estando em causa a continuidade das operações da Entidade.

28. Proposta para a aplicação de resultados

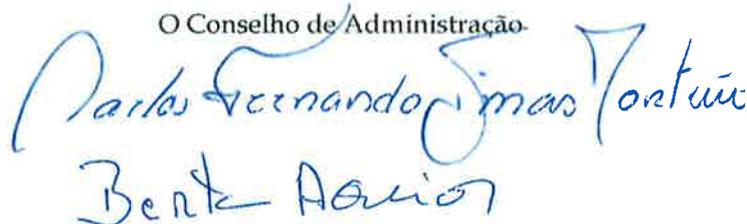
O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 28,207.62 € (vinte e oito mil duzentos e sete euros e sessenta e dois cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- 28,207.62 €, para resultados transitados

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Bentz Azevedo

Certificação Legal de Contas





Esta carta destina-se a confirmar o nosso entendimento dos termos objetivos do nosso trabalho e da natureza e das limitações dos serviços que vamos prestar.

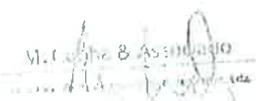
Objetivo e âmbito da auditoria

Solicitaram-nos que auditássemos as demonstrações financeiras da **Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio, E. M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados e, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística. Temos o prazer de confirmar pela presente a nossa aceitação e o nosso entendimento deste trabalho de auditoria. A nossa auditoria será conduzida com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Os objetivos da nossa auditoria são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Segurança razoável é um grau de segurança elevado, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) detetará sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individual ou agregadamente, poderem com razoabilidade influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das demonstrações financeiras. Executaremos a nossa auditoria com vista à emissão da certificação legal das contas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, as quais exigem que cumpramos requisitos éticos. Como parte da auditoria, faremos julgamentos profissionais e manteremos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Adicionalmente:



M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



Identificamos e analisamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a que os nossos conhecimentos e executaremos procedimentos de resposta aos riscos identificados, e obtemos prova que seja suficiente e apropriada que proporcione uma base para a nossa opinião. O risco de não detectarmos uma distorção material resultante de fraude é maior do que o que resulta de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou não aplicação de controlos internos.

- Obteremos conhecimento do controlo interno relevante para a auditoria a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Porém, comunicar-vos-emos por escrito quaisquer deficiências significativas de controlo interno relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras que tenhamos identificado durante a mesma.

- A natureza e extensão dos testes são definidas de acordo com o nosso juízo sobre os controlos internos existentes, com base em critérios de materialidade e dos riscos associados, abrangendo todos os aspetos significativos do negócio da empresa. O nosso trabalho é planeado em função de acontecimentos relevantes que tenham ocorrido. Assim, as áreas de ênfase podem ser diferentes e são identificadas numa base de rotatividade de acordo com as circunstâncias.

- Avaliaremos a adequação dos princípios contabilísticos usados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações efetuadas pela Gerência. A informação utilizada pela Gerência na preparação das demonstrações financeiras inclui juízos e critérios que podem não se encontrar diretamente relevados nos registos contabilísticos da empresa, pelo que, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria, será solicitado à Gerência o que nos confirme por escrito tais critérios e juízos.

- Avaliaremos a apropriação do uso pela Gerência da continuidade e, com base na prova obtida, concluiremos sobre se existe alguma incerteza material relativa a acontecimentos ou condições que possam colocar dúvida significativa sobre a capacidade da sociedade em prosseguir a sua atividade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, é exigido que chamemos a atenção no nosso relatório para as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se tais divulgações forem inadequadas, modifiquemos a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria que obtivemos até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem causar que a sociedade não dê continuidade à sua atividade.

- Avaliaremos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de uma forma que atinja uma apresentação apropriada.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10071 • 4151 901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PÓVOA DEL GADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 2 • Inscrição no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161595 • Capital Social: 77 500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



Quando as limitações inerentes a uma auditoria, juntamente com as limitações inerentes ao controlo interno, criam este inevitavelmente o risco de que algumas distorções materiais possam não ser detetadas, a auditoria deve ser devidamente planeada e executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão

A nossa auditoria será conduzida na base de que a Gerência reconhece e compreende que têm a responsabilidade:

- a) Pela preparação e apresentação apropriadas do relatório de gestão e das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro, bem como garantir o cumprimento da legislação e regulamentos aplicáveis à atividade da empresa; e
- c) De nos proporcionarem:

- Acesso a toda a informação de que tenha conhecimento e que seja relevante para a preparação das demonstrações financeiras, tais como registos contabilísticos e demais registos da empresa, documentação e outras matérias;

- Informações adicionais que possamos pedir para efeitos da auditoria, incluindo as atas ou minutas das atas dos órgãos sociais; e

- Acesso sem restrições a pessoas que dentro da entidade determinemos ser necessário contactar para obter prova de auditoria.

Como parte do nosso processo de auditoria, solicitaremos confirmação escrita respeitante a declarações que nos forem feitas relacionadas com a auditoria. Esperamos uma total cooperação do vosso pessoal durante a nossa auditoria.

Comunicações eletrónicas

Confirmando que tanto a nossa sociedade como a **Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio, E. M.** aceitam os riscos e autorizam a transmissão eletrónica de informação. Concordo e a **Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio, E. M.** também concorda em utilizar procedimentos considerados razoáveis do ponto de vista comercial para verificar a existência dos vírus mais comuns antes do envio de informação por meios eletrónicos. Deveremos ser responsáveis com a **Marina da Vila - Indústrias de**

M. Cunha & Associado
[Handwritten signature]

Sede: Rua João de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4150-901 PORTO PORTUGAL
Telef: 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500 772 PÓNTA DELGADA • Telef: 296 052 257 • Fax 296 288 476

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



Marinas e Recreio, E. M. por proteger os nossos próprios sistemas e interesses em relação à transmissão eletrónica de informação, bem como a nossa confiança nessa informação e nenhum de nós responsabiliza o receptor de qualquer erro, perda, interceção ou omissão resultante de ou em relação à transmissão eletrónica de informação entre nós.

Restrição de uso e de divulgação

Dada a sua natureza específica, o Relatório sobre Assuntos de Controlo Interno referido abaixo destina-se exclusivamente para informação e uso da Administração da Empresa, não devendo ser disponibilizados a terceiros sem o nosso consentimento escrito. Em nenhuma circunstância independentemente de ter sido ou não dado consentimento prévio, assumiremos qualquer responsabilidade relativamente a terceiros que tenham acesso a este relatório.

Honorários

Os nossos honorários são calculados em função do tempo efetivamente despendido pelos nossos sócios e colaboradores dos vários escalões hierárquicos envolvidos no planeamento, execução, supervisão e finalização do trabalho acordado, o qual se realiza tanto nas instalações da **Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio, E. M.** como no nosso escritório.

Assim, para a realização dos trabalhos acima descritos os nossos honorários serão de 2.000 euros, ao qual se deverão adicionar as despesas de deslocação e outras que incorreremos de vossa conta, relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2022.

No que respeita às condições de pagamento, a faturação deverá ser liquidada até 30 dias após a emissão da fatura/recibo.

Os valores acima estão sujeitos ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa em vigor à data da fatura.

A estimativa de honorários tem por critério base a extensão e nível de complexidade do trabalho previsto, no pressuposto de que da análise das operações do período em causa não resultem situações anormais, e também no pressuposto de um nível elevado de colaboração dos vossos serviços nomeadamente na preparação atempada de análises e outros elementos que surjam como necessários para a execução do nosso trabalho e que, oportunamente vos serão requeridos. No caso de surgirem situações não previstas ou de o acima não se concretizar e tal origine gastos de tempo ou perdas de produtividade para além do normal, analisaremos com V. Exas o respetivo débito adicional.

Sede: Rua João de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO PORTUGAL
Telef: 226 101 842 • Fax 226 101 830 • Email: geral@mcunha.pt
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500 272 PONTA DEL GADA • Telef: 296 652 257 • Fax 296 288 476

N.º 522 • inscrita no Registo de Auditores da CMVA sob o n.º 20161395 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567



[Handwritten initials]

MARINA DA VILA
VILA FRANCA DO CAMPO

Os relatórios e resumos dos documentos abaixo mencionados, quando aplicável, serão submetidos em forma final, antes da respetiva emissão em forma final:

- Resumo das Situações Relevantes a Reportar;
- Certificação Legal de Contas Individual da **Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio, E. M.**
- Relatório sobre Assuntos de Controlo Interno (se existirem aspetos a reportar);
- Relatório e Parecer do Fiscal Único (quando aplicável);

Confidencialidade e independência

A nossa sociedade rege-se por regras éticas e deontológicas de confidencialidade e independência bastante rígidas. Assim, em todos os aspetos da nossa colaboração se mantém estrita confidencialidade da informação obtida no desempenho das nossas funções e completa independência face aos interesses da Empresa.

As partes obrigam-se a não divulgar a terceiros, sem autorização por escrito da outra parte, qualquer informação recebida em consequência ou em relação a prestação dos serviços contratados excepto se essa divulgação resultar de imposição legal, judicial ou regulamentar;

Queiram assinar e devolver a cópia anexa desta carta para indicar o vosso reconhecimento e aceitação dos termos relativos à nossa auditoria das demonstrações financeiras, incluindo as nossas responsabilidades respetivas.

Porto, 28 de setembro de 2022

M. Cunha & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



Testamos, certificamos e concordamos em nome da **Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio,**

MARINA DA VILA

VILA FRANCA DO CAMPO

Nome: *Benta Aguiar*

Cargo: *Administradora Executiva*

Data: 28 de setembro de 2022

(assinatura)

Nome:

Cargo: *Presidente do Conselho de Administração*

Data: 28 de setembro de 2022

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

À

M. Cunha & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
Representada por: Joaquim Manuel Martins da Cunha
Rua Júlio de Brito, 108 – Foz do Douro
4150-449 Porto

Vila Franca do Campo, 09 de março de 2023

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **MARINA DA VILA – INDÚSTRIA DE MARINAS E RECREIO, E.M.**, (a Entidade), relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

- 1.3 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.4 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.5 Não existem:
 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- 1.6 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.7 Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.
- 1.8 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.9 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- 1.10 Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- 1.11 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião sem reservas nem ênfases.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.

2.5 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.6 Foi-vos dado conhecimento de todas as situações de incumprimento e de mora ou diferimento do pagamento de dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, bem como dos critérios utilizados no cálculo do imposto devido e na preparação da declaração anual de rendimentos.

2.7 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

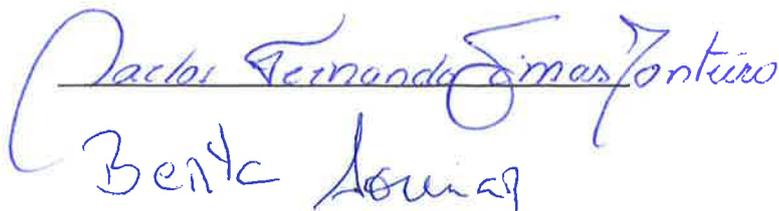
2.8 Confirmamos que no decurso do exercício não foram solicitados quaisquer serviços a advogados e que não existem quaisquer litígios ou contingências, interpostos pela ou contra a Entidade, motivo pelo qual não foi necessário recorrer aos serviços destes profissionais.

2.9 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

- 2.10 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.11 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 28 de abril de 2020 – ata nº 8 (não transcrita para o livro de atas) – e Conselho de Administração de dia 16 de dezembro de 2022 – ata nº 214.
- 2.12 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e para-fiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.13 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.14 Não temos projetos ou intenções:
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
 - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.
- 2.15 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.
- 2.16 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

A Administração


Carlos Fernando Gomes Fonturo
Berta Lourenço